



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2014-2015)

## SUMÁRIO

**Delegações e Deputações da Assembleia da República:**

— Relatório da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), referente à participação na Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais e Preparatória da VI Reunião da AP-CPLP, que teve lugar em Luanda nos dias 27 e 28 de abril de 2015.

— Relatório da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de

Língua Portuguesa (AP-CPLP) e da Delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-São Tomé e Príncipe, sobre a Missão Oficial que decorreu de 12 a 17 maio de 2015, a convite do Parlamento daquele país.

**Grupos Parlamentares de Amizade:**

Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Guiné-Bissau:

— Relatório referente à visita oficial do Grupo Parlamentar de Amizade a Bissau, que teve lugar de 16 a 20 de março de 2015.

## DELEGAÇÕES E DEPUTAÇÕES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Relatório da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), referente à participação na Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais e Preparatória da VI Reunião da AP-CPLP, que teve lugar em Luanda nos dias 27 e 28 de abril de 2015.**

Realizou-se em Luanda, nos dias 27 e 28 de abril de 2015, a Reunião dos Presidentes das Delegações à Assembleia Parlamentar dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) e Preparatória da VI Reunião da AP-CPLP.

A Delegação da Assembleia da República (AR) foi chefiada pelo Presidente da Delegação efetiva da AR, Deputado Carlos Páscoa Gonçalves (PSD), e integrada pelos seguintes Deputados, membros efetivos da Delegação: Miguel Coelho (PS), Vice-Presidente; Arménio Santos (PSD) e Ângela Guerra (PSD); tendo sido assessorada pela Técnica Parlamentar Susana Santos.

Para além da Delegação portuguesa participaram as seguintes delegações: de Angola (parlamento anfitrião), chefiada pela Deputada Joana Lina Ramos Baptista Cândido, Presidente do Grupo Nacional da Assembleia Nacional de Angola; de Cabo Verde, chefiada pelo Deputado Armindo Maurício, em representação do Presidente do Grupo Nacional de Cabo Verde; da Guiné Equatorial, chefiada pela Senadora do Parlamento da Guiné-Equatorial, Pilar Djombé Djangani; de São Tomé e Príncipe, chefiada pela Deputada Celmira Sacramento, em representação do Presidente do Grupo Nacional da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe; de Timor Leste, chefiada pelo Deputado Virgílio Maria Dias Marçal, Presidente do Grupo Nacional do Parlamento Nacional de Timor-Leste.

Estiveram ausentes as delegações dos Parlamentos do Brasil, Guiné-Bissau e Moçambique, que enviaram uma justificação escrita à Presidência do Parlamento angolano.

**A reunião** foi presidida pela Deputa Joana Lina Ramos Baptista Cândido, Presidente do Grupo Nacional da Assembleia Nacional de Angola. Na mesa esteve também o Deputado Virgílio Maria Dias Marçal, Presidente do Grupo Nacional do Parlamento Nacional de Timor-Leste e o Deputado Armindo Maurício em representação da Assembleia Nacional de Cabo Verde.

Salienta-se a primeira participação nos trabalhos da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) da Guiné Equatorial após a sua admissão como membro de pleno direito da Comunidade.

A reunião teve a seguinte Agenda de Trabalhos:

1. - Memorando sobre as implicações legais resultantes da instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP;
2. - Condições de instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP;
3. - Projeto de Regulamento do Secretariado Permanente da AP-CPLP;
4. - Projeto de Perfil ocupacional para o cargo de Secretário Permanente da AP-CPLP;
5. - Projeto de Acordo Sede entre a República de Angola e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Estabelecimento do Secretariado Permanente da AP-CPLP;
6. - Informação sobre as reuniões das Comissões de Trabalho Especializadas e da Rede das Mulheres Deputados;
7. - Informação sobre a Criação do Grupo de Deputados para o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP;
8. - Análise dos Temas a serem apresentados, por cada Parlamento, na VI Reunião Plenária da AP-CPLP;
9. - Aprovação da Agenda de Trabalhos da VI Reunião da AP-CPLP;
- 10.- Definição da data para a realização da VI Reunião Plenária da AP-CPLP, em Brasília (Brasil).

A Agenda de Trabalhos foi submetida à apreciação das delegações presentes seguindo-se as seguintes conclusões e recomendações:

a) Os custos apresentados para a instalação efetiva em Luanda do Secretariado Permanente da AP-CPLP deverão ser reavaliados no interesse da contenção de despesas;

b) Os custos anuais de manutenção do Secretariado Permanente deverão ser orçamentados em USD 200.000,00 (Duzentos Mil Dólares Americanos) repartidos equitativamente pelos Parlamentos Nacionais, sem prejuízo das consultas internas a serem feitas junto da Presidência dos Parlamentos num prazo de trinta dias;

- c) Na fase inicial de implementação do Secretariado Permanente deverá ser privilegiado o recrutamento local, tendo em conta a redução de custos daí supervenientes;
- d) A escolha do Secretário Permanente da AP-CPLP deverá ser feita por via de concurso público aberto aos cidadãos dos Estados membros da CPLP, nos termos a definir em regulamento próprio;
- e) A designação de dois Representantes da AP-CPLP para integrarem o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e que cada Parlamento Nacional designe um Deputado para o acompanhamento desta matéria na Comissão instaladora do referido mecanismo;
- f) Os Parlamentos membros deverão remeter, num prazo não superior a trinta dias, à Presidência da AP-CPLP, as sugestões relativas ao Acordo Sede entre a República de Angola e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa sobre o Estabelecimento do Secretariado Permanente da AP-CPLP;
- g) Foram aprovadas as atas das Comissões de Trabalho Especializadas, assim como a ata da reunião da Rede das Mulheres Deputados;
- h) Os Parlamentos Membros deverão remeter, num prazo não superior a trinta dias, à presidência da AP-CPLP as propostas de temas a serem discutidos na VI Reunião Plenária da AP-CPLP;
- i) No decorrer da reunião foram propostos os seguintes temas: “Cidadania e circulação no espaço da CPLP”; “Prevenção de doenças infectocontagiosas” (proposta da Delegação portuguesa); “Diplomacia Económica multilateral no espaço da CPLP” (proposta da Delegação portuguesa);
- j) Foi aprovada a agenda de trabalhos da VI Reunião Plenária da AP-CPLP;
- k) Foi enaltecido o empenhamento da Câmara dos Deputados do Brasil para acolher em novembro de 2015 a VI Reunião Plenária da AP-CPLP (conforme informado pelo comunicado recebido pelo parlamento de Angola); contudo, e tendo em conta o calendário eleitoral de alguns Estados Membros, ficou acordada a tomada de diligências para deslocar uma Delegação a Brasília com o propósito de propor nova data para a realização da Reunião Plenária – primeiro trimestre de 2016.

No dia 27 de abril, pelas 15h30, decorreram as reuniões das Comissões Especializadas da CPLP.

**A Comissão 1 – Política, Legislação, Cidadania e Circulação**, reuniu na Sala na 4, contando com as presenças dos seguintes Deputados: Joana Lina Ramos Baptista Cândido, da Assembleia Nacional de Angola; Mihaela Neto Webba, da Assembleia Nacional de Angola; Ana Maria Taveira José, da Assembleia Nacional de Angola; Senadora Pilar Djombe Djangani, do Senado da República da Guiné Equatorial; Miguel Coelho, da Assembleia da República de Portugal; Jorge Amado, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe; Virgílio Maria Dias Marçal, do Parlamento Nacional de Timor-Leste.

A reunião foi presidida pela Deputada Joana Lina Ramos Baptista Cândido. Os Deputados analisaram o Memorando sobre o Estado de Implementação do Programa de Atividades da Assembleia Parlamentar da CPLP no período de 2013/2014 e outras questões pendentes.

A Comissão 1 debateu (conforme ata em anexo) sobre as Missões de Observação Eleitoral nos países da CPLP concluindo que devem ser iniciadas diligências junto do Secretariado Executivo da CPLP no sentido da criação de um corpo único de observadores integrando representantes do Executivo e dos Parlamentos Nacionais permitindo assim uma rotatividade dos países nestas Missões.

Os Deputados reforçaram a necessidade de colocar na agenda futura da Comissão 1 a análise e tratamento de questões relativas à cidadania e circulação de cidadãos nacionais dos Estados membros no espaço da CPLP, tendo por objetivo encorajar o sentimento de pertença à Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Foram debatidos os Estatutos da AP-CPLP recomendando que sejam efetuados os ajustes necessários já identificados aquando da Plenária em 2014 (Díli).

A Comissão 1 discutiu e definiu os requisitos e competências para o cargo de Secretário-Geral da AP-CPLP.

No mesmo dia, reuniu também a **Comissão Especializada 2 – Economia, Ambiente e Cooperação**, na Sala do Conselho de Administração da Assembleia Nacional de Angola.

Nesta reunião participaram os seguintes Deputados da Assembleia Nacional de Angola: Maria Fernanda Lay, João Manuel Francisco e Eulália Rocha Silva. Assembleia Nacional da Guiné-Equatorial esteve presente o Deputado Jesus Mba Nguema e a Assembleia da República de Portugal foi representada pela Deputada Ângela Guerra.

Na reunião da Comissão 2 foi feito um balanço da implementação das recomendações da V Reunião Plenária da AP-CPLP e foi proposto o plano de trabalho da Comissão para o período de 2015/2017.

Os Deputados recomendaram a promoção de um encontro das Comissões no centro geográfico dos países membros da AP-CPLP para dinamizar os trabalhos das Comissões Especializadas.

A Deputada Ângela Guerra, sugeriu que fosse feito um levantamento interno, por cada país, dos oito Objetivos do Desenvolvimento do Milénio – definindo quais as metas a que se propuseram e o que foi feito para cumprir essas metas. Cada país membro deverá apresentar na próxima reunião da Comissão as conclusões desse levantamento, assim como as metas não atingidas e suas razões; deverão também informar os restantes membros da Comissão sobre a implementação das medidas previstas na agenda pós-2015.

Ficou definido que os pontos 5, 6 e 7 da ata (em anexo) e resumidos no parágrafo anterior sejam apresentados e analisados na próxima Reunião Plenária da AP-CPLP.

Sobre a proposta da constituição de uma Comissão de Deputados no Conselho de Segurança Alimentar a Comissão 2 considera a não necessidade de duplicação de estruturas uma vez que o CONSAN trata dos mesmos temas sobre os quais a Comissão trabalha e tem responsabilidades. Considera assim a Comissão 2 que os Deputados que deverão acompanhar os trabalhos da CONSAN sejam os mesmos que fazem parte desta Comissão.

**A reunião da Comissão Especializada 3 – Língua, Educação, Ciência e Cultura** realizou-se no mesmo dia que as anteriores, na Sala de reuniões do Secretariado Permanente da AP-CPLP. Nela participaram os seguintes Deputados: Armindo Maurício, da Assembleia Nacional de Cabo Verde; Welwitschea José dos Santos, da Assembleia Nacional de Angola; Panzo Joaquim, da Assembleia Nacional de Angola; Arménio Santos da Assembleia da República de Portugal, Carlos Páscoa Gonçalves, da Assembleia da República de Portugal; Celmira Sacramento da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe; Francisco Branco da Assembleia Nacional de Timor-Leste e o Senador Salvador Mangué Ayigono, do Parlamento da Guiné Equatorial.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos: Balanço da implementação das recomendações da V Reunião Plenária da AP-CPLP e Proposta de plano de trabalho das Comissões para o período 2015/2017. O Deputado Arménio Santos, da Delegação portuguesa solicitou que o Secretariado Executivo da CPLP efetuasse uma compilação dos acordos existentes nos países da CPLP e uma informação sobre a criação de Institutos da Língua Portuguesa. Sugeriu ainda que fosse feito um esclarecimento quanto às diligências efetuadas para a implementação de políticas públicas de divulgação da Língua Portuguesa e sua adoção em fóruns internacionais.

Os Deputados da Delegação de Portugal, membros da Comissão 3, apresentaram a proposta de criação de um programa de intercâmbio de estudantes universitários dos países membros da CPLP. O programa designado “Programa Pessoa” foi aprovado pela Comissão e será submetido a discussão na VI Reunião Plenária da AP-CPLP.

No dia 28 de abril, pelas 09h00, reuniu-se a **Rede das Mulheres Parlamentares** na Sala do Conselho de Administração da Assembleia Nacional de Angola. Na reunião estiveram presentes as seguintes Deputadas angolanas: Bibiana Nandombua, Ana Maria M. José, Marcelina Huna Alexandre, Vitória A. da Silva Izata e Eulália Maria A. Rocha, Secretária da Rede das Mulheres. Estiveram também presentes as Deputadas Ângela Guerra, da Assembleia da República de Portugal; Graça Maria Sanches e Suzete Soares Moniz do parlamento de Cabo Verde; Celmira Sacramento da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe; Maria Fernanda Lay do Assembleia Nacional de Timor-Leste.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos: apresentação do relatório de atividade de 2014; apresentação, análise e aprovação da informação a ser lida na reunião dos Presidentes das Delegações da AP-CPLP. Foram anotadas as ausências de Deputados do Brasil, Guiné Bissau e Moçambique.

O relatório de atividades não foi apresentado devido à não informação atempada das delegações da realização de reunião da Rede das Mulheres na Reunião de Luanda (sendo que a Delegação portuguesa apenas tomou conhecimento da mesma já se encontrando em Luanda). Foi por isso solicitado que os relatórios fossem remetidos com a brevidade possível para o secretariado da AP-CPLP.

Foram propostos temas às delegações de cada país para discussão na próxima reunião, ficando a distribuição da seguinte forma: Angola e Brasil irão abordar o tema “Erradicação da pobreza extrema e oportunidades de emprego”; Cabo Verde irá abordar o tema “ Mecanismos para aumentar a participação da Mulher na tomada de decisões, sobretudo em matérias que afetam o bem-estar das comunidades rurais”; Portugal e Guiné-Bissau partilham o tema “Promoção da igualdade entre o género e a autonomia das mulheres e os mecanismos de superação das desigualdades”. Para além deste tema Portugal irá trabalhar também a temática “Políticas de sustentabilidade ambiental”. O tema “Proteção da maternidade nas relações laborais” ficou atribuído a Moçambique e à Guiné Equatorial; Timor-Leste e Angola irão trabalhar o tema “Redução da mortalidade infantil, políticas, recursos e programas para melhorar a saúde materna e o acesso a meios que garantam direitos de saúde reprodutiva”; São Tomé e Príncipe ficou com o tema “Combate ao HIV/Sida, a Malária e outras doenças”.

Pelas 10h00 do mesmo dia reuniram-se todos os **membros das delegações presentes**. Na reunião foi transmitido o trabalho realizado nas reuniões das Comissões Especializadas e da Rede das Mulheres.

A ordem de trabalhos contou também com a discussão sobre a Criação do Grupo de Deputados para o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP. Foram discutidos os estatutos do CONSAN e a Deputada Ângela Guerra referiu que na última reunião do CONSAN, que aconteceu em Lisboa nos dias 15 e 16 de dezembro de 2014, informou que de acordo com os estatutos deste Conselho têm assento na reunião plenária dois Deputados e que, no mesmo âmbito, os estatutos da CPLP e da AP-CPLP referem que caberá à AP-CPLP a designação dos seus representantes. Existindo uma Comissão Especializada que trata dos mesmos temas que o CONSAN deverão ser os seus membros a representar a AP-CPLP nas reuniões do CONSAN.

A Deputada de Timor-Leste, Fernanda Lay, concorda com esta visão da Delegação de Portugal, bem como a maioria dos Deputados presentes ficando a decisão em ata.

O documento apresentado na reunião da Comissão 3, "Programa Pessoa" foi discutido e ficou acordado que deveria ficar anexado à ata da reunião.

Na reunião foram discutidos os temas propostos para a VI Reunião Plenária da AP-CPLP por cada país representado em Luanda.

O Presidente da Delegação de Portugal, Deputado Carlos Páscoa Gonçalves, referiu que os países da CPLP deveriam fazer uma ação de promoção junto dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Ministérios de Economia através de um Seminário de Diplomacia Económica.

Também mencionou que na área da saúde seria importante que fosse promovido um encontro com o objetivo de partilha e troca de experiências sobre prevenção de doenças infectocontagiosas. Todos concordaram que os resultados de um encontro dessa dimensão seria certamente de grande valia para todos os países do espaço da CPLP.

Outro tema que deverá ser levado a discussão na reunião Plenária da AP-CPLP será a Cidadania e Circulação no espaço dos Países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, tema apresentado na reunião da 1.ª Comissão Especializada.

Os trabalhos da reunião prosseguiram com a discussão da data proposta pelo Brasil para a Reunião Plenária para novembro de 2015, com Portugal a informar que essa data não seria favorável devido ao período de eleições e discussão de orçamento. Também a Guiné-Equatorial informou que não tem agenda para reunir em novembro. Angola referiu que não tendo Portugal condições para participar na VI Plenária a mesma deverá ser realizada noutra data; em adição a sua agenda parlamentar também dificultaria a sua participação.

Ficou decidido que se deveriam iniciar diligências para que a VI Plenária da AP-CPLP se realizasse no 1.º semestre de 2016, nomeadamente que uma comitiva fosse a Brasília fazer contactos diretos.

A restante reunião decorreu sob o tema dos custos do funcionamento do secretariado permanente; salário dos funcionários, seguros e demais pormenores relacionados com instalação do referido mecanismo.

Foi ainda apresentado o relatório preliminar e colocado à consideração de todos os membros das delegações presentes após o que os trabalhos foram dados por terminados.

Seguiu-se a **Sessão de encerramento** com as intervenções da Primeira Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Angola e Presidente do Grupo Nacional da AP-CPLP, Joana Lina Cândido, do Presidente do Grupo Nacional do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Deputado Virgílio Marçal e pelo Deputado Armindo Maurício da Assembleia Nacional de Cabo Verde; seguindo-se a assinatura do Comunicado Final pelos Presidentes das Delegações Deputados presentes.

Palácio de S. Bento, 24 de junho de 2015.

A Assessora da Delegação da Assembleia da República à AP-CPLP, Susana Santos Monteiro.

Anexos:

- I. Programa;
- II. Atas das Comissões 1, 2 e 3;
- III. Ata da Rede das Mulheres;
- IV. Relatório Síntese



**Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua  
Portuguesa**

**AO  
EXCELENTÍSSIMO  
DR. ALBINO DE AZEVEDO SOARES  
SECRETÁRIO – GERAL DA  
ASSEMBLEIA REPÚBLICA DE  
PORTUGAL**

**LISBOA**

**Ref.<sup>a</sup> N.º 1 \_\_\_/01/SPAP-CPLP/2015**

Luanda, aos 20 de Março de 2015.-

**Assunto: Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais da AP-CPLP**

Os Meus Melhores Cumprimentos.

No âmbito da preparação da VI Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP, consideramos necessário haver uma concertação entre os Parlamentos membros, relativamente às actividades das Comissões de Trabalho Especializadas bem como aos temas da Agenda da VI Reunião da AP-CPLP, a realizar-se na República Federativa do Brasil, em data a anunciar.

Nesta conformidade, vimos por esta via, propor a realização de uma reunião intercalar, entre os Presidentes dos Grupos Nacionais e os Presidentes das Comissões de Trabalho Especializadas, em Luanda, no período de 27 a 28 de Abril do corrente ano, para análise da seguinte proposta de assuntos:

1. "Dossier" sobre a Instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP;

**ASSEMBLEIA NACIONAL – Gabinete do Secretário Geral**

Avda. 1º Congresso do MPLA nº 50

- a) Memorando sobre o Estado de Implementação do Programa de Actividades da Assembleia Parlamentar da CPLP durante o período de 2013/2015;
  - b) Anteprojecto de Regulamento do Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
  - c) Acordo Sede entre a República de Angola e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Estabelecimento do Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
2. Balanço das Actividades das Comissões de Trabalho Especializadas.
  3. Actividade Preparatória da VI Reunião da AP-CPLP.
    - a) Data da realização da VI Reunião da AP-CPLP;
    - b) Agenda de Trabalho;
    - c) Apresentação da lista dos temas;
    - d) Apresentação de propostas de temas para a VI Reunião da AP-CPLP.
  4. Criação de um Grupo de Parlamentares para o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.

A Assembleia Nacional de Angola responsabilizar-se-á pelo transporte, em Luanda, de 3 membros por delegação, durante o período de trabalho.

A passagem aérea para Luanda e o regresso, bem como o alojamento são da responsabilidade de cada Parlamento.

Agradecemos que nos fosse dada uma resposta confirmativa até ao dia 30 de Março do corrente ano.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com os protestos da nossa elevada estima e consideração.

**SECRETARIADO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**



**PEDRO AGOSTINHO DE NERI**

**SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE ANGOLA**  
*ASSEMBLEIA NACIONAL – Gabinete do Secretário Geral*

Avda. 1º Congresso do MPLA nº 50



## **COMISSÃO DE POLÍTICA, LEGISLAÇÃO, CIDADANIA E CIRCULAÇÃO**

### **ATA**

Aos 27 de Abril de 2015, a Comissão 1 (política, legislação, cidadania e circulação) da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizou uma reunião de trabalho no âmbito da Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais Preparatória da VI AP-CPLP.

Estiveram presentes os Deputados seguintes:

Sra. Deputada Joana Lina Ramos Baptista Cândido, da Assembleia Nacional de Angola;

Sra. Deputada Mihaela Neto Webba, da Assembleia Nacional de Angola;

Sra. Deputada Ana Maria Taveira José, da Assembleia Nacional de Angola;

Sra. Senadora Pilar Djombe Djangani, do Senado de República da Guiné Equatorial;

Sr. Deputado Miguel Coelho, da Assembleia da República de Portugal;

Sr. Deputado Jorge Amado, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe;

Sr. Deputado Virgílio Maria Dias Marçal, o Parlamento Nacional de Timor-Leste.

A reunião foi presidida pela Sra. Deputada Joana Lina Ramos Baptista Cândido, que começou por saudar os deputados presentes à reunião.

Na reunião foi analisado o Memorando sobre o Estado de Implementação do Programa de Actividades da Assembleia Parlamentar da CPLP durante o período de 2013/2014 e foram, outrossim,



analisadas algumas questões pendentes, tendo-se no final sido extraídas as seguintes conclusões:

1. Os parlamentares da Guiné Equatorial, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste destacaram e felicitaram o trabalho (e o sucesso) que a Assembleia Nacional de Angola tem vindo a desenvolver durante o seu mandato na Presidência da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pondo em evidência os progressos significativos alcançados em matéria da instalação da Sede do Secretariado Permanente da AP-CPLP, a transferência do acervo documental do Parlamento Nacional de Timor Leste para a Sede da AP-CPLP, sita em Angola, as iniciativas no domínio da elaboração dos documentos reitores da instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP, bem como a recuperação do estatuto de órgão da Assembleia Parlamentar no quadro da CPLP.
2. Relativamente as Missões de Observação Eleitoral nos países da CPLP, a Comissão 1 sugere que sejam encetados contactos junto do Secretariado Executivo da CPLP no sentido de se criar um corpo único de observadores da CPLP, integrando representantes do Executivo e dos Parlamentos Nacionais, mediante a definição de quotas de participação, de modo a permitir uma rotatividade dos Países nas missões de observação eleitoral. A participação dos Deputados nas referidas missões será financiada pelos respectivos Parlamentos Nacionais.
3. *Que seja colocada na Agenda da Comissão 1 a análise e tratamento das questões relativas à cidadania e circulação no espaço da CPLP, por cidadãos nacionais dos Estados membros, com vista a reforçar o sentimento de pertença à CPLP.*
4. Com base no progresso conseguido na X Conferencia de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Dili, aos 23 de Julho de 2014, a Comissão 1 recomenda que se proceda ao ajustamento necessário aos Estatutos da CPLP, com vista a reflectir a natureza e estatuto da AP-CPLP como órgão da CPLP, respeitando os princípios que estiveram na base da sua criação.
5. Os membros da Comissão 1 recomendam que se adopte a designação de Secretário Permanente da AP-CPLP e que o mesmo

tenha um perfil administrativo, mas com sensibilidade política, nos termos definidos no Projecto de Termos de Referencia para o Cargo de Secretário-Geral da AP-CPLP.

6. Recomendam, ainda, que os pontos II e III do Projecto referido no número anterior sejam unificados num só ponto sob a designação “Requisitos e competências”.
7. Que o Secretário Permanente da AP-CPLP seria seleccionado por meio de concurso realizado para o efeito, para um mandato de 4 anos não renovável.
8. Elaboração do Regulamento do Processo de Selecção do Secretário Permanente. O Regulamento deverá reflectir o princípio de que este processo tem por base candidaturas individuais apresentadas aos respectivos parlamentos nacionais, os quais poderão seleccionar até três (3) candidatos a apresentar à fase de selecção final, dirigida por um juri a designar. Para tal efeito, deverá ser elaborado, no âmbito da Comissão 1, um regulamento específico a aprovar na próxima Assembleia Parlamentar da CPLP.
9. Durante a fase de implantação da Sede da AP-CPLP, de forma a reduzirem-se os custos, os funcionários deverão ser de recrutamento local.

Nada mais havendo a tratar, a Deputada Joana Lina Ramos Baptista Cândido, deu por encerrada a reunião quando eram dezassete horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos deputados presentes.

Os Deputados,

Sra. Deputada Joana Lina Ramos Baptista Cândido, da Assembleia Nacional de Angola.



---

Sra. Deputada Mihaela Neto Webba, da Assembleia Nacional de Angola.

---



Sra. Deputada Ana Maria Taveira José, da Assembleia Nacional de Angola.

---



Sra. Senadora Pilar Djombe Djangani, do Parlamento da República da Guiné Equatorial.

---



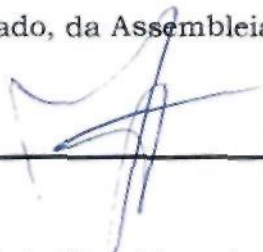
Sr. Deputado Miguel Coelho, da Assembleia da República de Portugal.

---



Sr. Deputado Jorge Amado, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

---



Sr. Deputado Virgílio Maria Dias Marçal, o Parlamento Nacional de Timor-Leste.

---



Luanda, 28 de Abril de 2015.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, AMBIENTE E COOPERAÇÃO**

### **ATA DA REUNIÃO**

#### **I. INTRODUÇÃO**

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e quinze, pelas dezasseis horas e vinte e sete minutos, realizou-se na sala do Conselho de Administração da Assembleia Nacional de Angola, a reunião da comissão 2, de Economia, Ambiente e Cooperação.

Estiveram presentes os seguintes Deputados:

- Sra. Deputada Maria Fernanda Lay, do Parlamento Nacional de Timor-Leste;
- Sr. Deputado João Manuel Francisco, da Assembleia Nacional de Angola;
- Sra. Deputada Eulália Rocha Silva, da Assembleia Nacional de Angola;
- Sr. Deputado Jesus Mba Nguema, da Assembleia Nacional da Guiné Equatorial;
- Sra. Deputada Ângela Guerra, da Assembleia da República de Portugal.

A reunião contou com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Balanço da implementação das recomendações da V Reunião da AP-CPLP.

2. Proposta de Plano de Trabalho das Comissões para o período 2015/2017.

## **II. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Depois das discussões que se propunham em torno dos pontos da agenda de trabalhos, a reunião concluiu e recomendou o seguinte:

1. Dos países presentes no encontro, apenas Portugal e Timor-Leste fizeram o levantamento sobre os acordos internacionais ratificados.
2. A reunião da comissão de Economia, Ambiente e Cooperação, prevista para o final de Março ou princípio de Abril, em Moçambique, não foi realizada.
3. Que se promova um encontro das Comissões no centro geográfico dos Países membros da AP-CPLP, com o objectivo de dinamizar a acção das Comissões.
4. Que seja mantido o Plano de Atividades do período anterior.
5. Que seja feito, por cada país, um levantamento interno dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.
  - a) Quais as metas a que se propuseram e o que foi feito para cumprir essas metas.
6. Que seja apresentado por cada país, na próxima reunião da Comissão, os objectivos propostos e o que fizeram para atingi-los.
  - a) Indicar as metas não atingidas e as suas razões.
7. Se estão, ou não, a implementar algumas das medidas previstas na agenda pós-2015?
8. Considerando que as áreas de intervenção da Comissão 2 são o desenvolvimento humano, o desenvolvimento sustentável e o

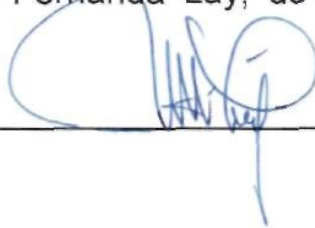
desenvolvimento económico na perspectiva da cooperação, da democracia e da solidariedade, faz todo o sentido que os pontos 5, 6 e 7 da presente ata, sejam apresentados e analisados na próxima Assembleia Parlamentar.

9. Foi revista a resposta da Assembleia da República de Portugal, sobre a proposta de constituição de uma comissão de parlamentares no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN); Considerando que a Deputada Ângela Guerra esteve presente na reunião do Secretariado Técnico do CONSAN, realizada em Lisboa, nos dias 16 e 17 de Novembro de 2014, onde teve a oportunidade de esclarecer o ponto de vista do grupo nacional da AP-CPLP de Portugal, bem como de Timor-Leste, considera que não é necessária a duplicação de estruturas, uma vez que a Comissão especializada de Economia, Ambiente e Cooperação já tem responsabilidade nas matérias de desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável; somos do parecer, que deverão ser dois parlamentares desta comissão a acompanhar os trabalhos do CONSAN.
  
10. Para a criação da Comissão Instaladora do Mecanismo/Grupo de Trabalho do CONSAN da AP-CPLP, a Comissão é do parecer que este grupo de trabalho integre um parlamentar de cada país da CPLP, representando assim a sua Assembleia Parlamentar da CPLP respectiva e, que estes se encontrem integrados na Comissão 2 da AP-CPLP. Devendo o seu nome ser indicado à coordenação do Mecanismo, pelo período de dois anos.

Nada mais havendo a tratar, a Deputada Maria Fernanda Lay deu por encerrada a reunião, quando eram dezassete horas e trinta e seis minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os Deputados presentes.

Os Deputados,

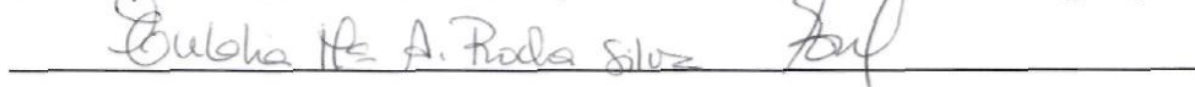
Sra. Deputada Maria Fernanda Lay, do Parlamento Nacional de Timor-Leste;



Sr. Deputado João Manuel Francisco, da Assembleia Nacional de Angola;



Sra. Deputada Eulália Rocha Silva, da Assembleia Nacional de Angola;



Sr. Deputado Jesus Mba Nguema, da Assembleia Nacional da Guiné Equatorial;



Sra. Deputada Ângela Guerra, da Assembleia da República de Portugal;



Luanda, aos 27 de Abril de 2015.



## COMISSÃO DE LÍNGUA, EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

### ATA

#### I. INTRODUÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e quinze, pelas dezasseis horas e cinco minutos, realizou-se, na sala de Reuniões do Secretariado Permanente da AP-CPLP a reunião da 3.<sup>a</sup> Comissão de Língua, Educação, ciência e cultura.

Estiveram presentes os seguintes Deputados:

Sr. Deputado Armindo Mauricio da Comissão, da Assembleia Nacional de Cabo Verde;

Sra. Deputada Welwitschea José dos Santos, da Assembleia Nacional de Angola;

Sr. Deputado Panzo Joaquim, da Assembleia Nacional de Angola;

O Senador Salvador Mangué Ayingono, do Parlamento da Guiné Equatorial;

Sr. Deputado Arménio Santos, da Assembleia da República de Portugal;

Sr. Deputado Carlos Páscoa, da Assembleia da República de Portugal;

Sra. Deputada Celmira do Sacramento, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe;

Sr. Deputado Francisco Branco, do Parlamento de Timor Leste.

A reunião contou com a seguinte ordem de trabalhos:

- **Balanço da Implementação das recomendações da V Reunião da AP-CPLP;**



- **Proposta de Plano de Trabalho das Comissões para o período 2015/2017.**

## **II. DESENVOLVIMENTO**

1. O Sr. Deputado Arménio Santos sugeriu que fosse solicitado, ao Secretariado Executivo da CPLP, a compilação dos acordos existentes no espaço da CPLP, assim como uma informação sobre a criação de Institutos de Língua Portuguesa nos diversos países, um pedido de um esclarecimento em relação às diligências adotadas para a implementação de políticas públicas de divulgação da Língua Portuguesa e sua adopção em fóruns internacionais, tendo reforçado que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou o Português como língua de trabalho, porém, o mesmo não se verifica na Organização das Nações Unidas.
2. O Sr. Deputado Francisco Branco informou que Timor Leste celebrará, entre 4 e 9 de Maio de 2015, o Dia da Língua Portuguesa, em parceria com o Instituto Camões, com a realização de uma exposição e um colóquio, no Parlamento de Timor Leste, sob o lema: “Uma Língua, Várias Identidades”, na qual participarão estudantes, académicos e altas entidades do Estado e do governo.
3. A Sra. Deputada Celmira do Sacramento afirmou que o Grupo Nacional de São Tomé e Príncipe não recebera qualquer retorno em relação às informações solicitadas aquando da reunião em Timor Leste, e como tal não organizou nem instituiu nenhuma data específica para a celebração do Dia da Língua Portuguesa.
4. O Sr. Deputado Panzo Joaquim disse que, em cumprimento das recomendações emanadas pela V Reunião da AP-CPLP, foi remetida toda a documentação resultante da referida reunião ao Secretariado Executivo da CPLP, que confirmou a recepção dos mesmos e informou que estavam programados um conjunto de atividades no âmbito da celebração do Dia da Língua Portuguesa.
5. O Sr. Deputado Armindo Maurício afirmou que a CPLP ainda tinha algumas reservas em relação ao funcionamento da AP-

CPLP, e que havia a necessidade de uma maior aproximação entre os dois órgãos.

6. A delegação de Portugal apresentou uma proposta da Assembleia da República de Portugal, que versa sobre a criação de um programa de intercâmbio interuniversitário de mobilidade e troca de experiência entre estudantes e académicos dos países membros da CPLP. O referido programa, designado “Programa Pessoa CPLP”, foi aprovado e será submetido à discussão na VI Reunião da AP-CPLP.
7. Este projecto, que se anexa e faz parte desta acta, assume-se como recomendação à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, que adotará as medidas julgadas adequadas a sua implementação, nos termos em que os Estados Membros assim o considerarem.
8. Portugal apresentará, nos próximos três (3) meses, uma proposta de fundamentação do referido projecto, que será remetido ao Sr. Presidente da AP-CPLP, visando a distribuição aos Presidentes dos Grupos Nacionais, para melhor informação e sensibilização dos governos dos Estados Membros.

### **III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

- Que seja incluída na ordem de trabalhos da VI Reunião da AP-CPLP, o Projecto “Programa Pessoa CPLP”, ficando Portugal de fundamentar melhor a base do projecto, devendo cada Grupo Nacional articular com os presidentes dos Parlamentos, no sentido consultar os Ministérios responsáveis pelo Ensino Superior em cada país.
- Que se promovam jornadas culturais nos países da CPLP, respeitando o princípio da rotatividade.
- Que seja reforçada a divulgação e a assimilação da Língua Portuguesa pelo mundo.
- Que sejam institucionalizados meios de socialização e assimilação da Língua Portuguesa entre os países membros, onde seja necessário.

Nada mais havendo a tratar o Deputado Armindo Mauricio, deu por encerrada a reunião as dezassete horas e trinta e dois minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os Deputados presentes.

Os Deputados,

Sr. Deputado Armindo Mauricio, da Assembleia Nacional de Cabo Verde;

  
\_\_\_\_\_

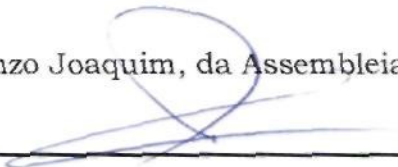
Sr. Deputado Salvador Manguel Ayingono, do Parlamento da Guiné Equatorial;

  
\_\_\_\_\_

Sra. Deputada Welwitschea José dos Santos, da Assembleia Nacional de Angola;

  
\_\_\_\_\_

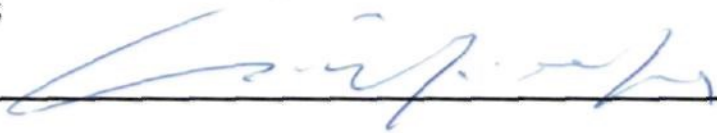
Sr. Deputado Panzo Joaquim, da Assembleia Nacional de Angola;

  
\_\_\_\_\_

Sra. Deputada Celmira do Sacramento, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe;

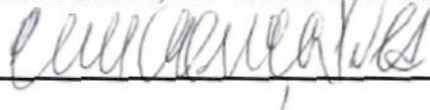
  
\_\_\_\_\_

O Sr. Deputado Arménio Santos, da Assembleia da República de Portugal;

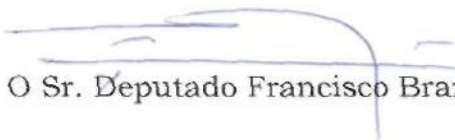


---

O Sr. Deputado Carlos Páscoa, da Assembleia da República de Portugal;



---



O Sr. Deputado Francisco Branco, do Parlamento de Timor Leste.

---

Luanda, 28 de Abril de 2015.-

**ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA CPLP****Proposta da Presidente da Assembleia da República de Portugal**

**de criação de um Programa de Mobilidade de Estudantes do Ensino Superior e Profissional  
na CPLP (*Programa Pessoa*)**

**Documento de Trabalho**

Na Assembleia Parlamentar da CPLP de Luanda, de 4 a 7 de Novembro de 2013, um consenso unânime emergiu para a construção de programas transversais no espaço da CPLP, mobilizadores e atuados num processo de partilha. Temas como a saúde, a educação, o desporto, a cidadania poderão congregiar os contributos dos diferentes Estados Membros para o progresso de todos.

Foi então que se avançou com uma agenda dos Parlamentos da CPLP para o futuro. Desde logo, começando por um programa piloto de circulação de estudantes, ao jeito do Programa Erasmus da União Europeia.

A Assembleia Parlamentar acolheu, assim, as propostas da Presidência da Assembleia da República de Portugal e recomendou o seguinte:

*“11.1 Construir uma agenda de programas concretos a ser levada às Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, nomeadamente uma agenda para a cidadania, uma agenda social, uma agenda para a educação e uma agenda para o investimento;*

*11.2 Empreender um método de colaboração construtiva entre os Parlamentos e os Governos, devendo a Presidência da Assembleia Parlamentar reunir com os Ministros dos Negócios Estrangeiros e com os Ministros das matérias conexas com aqueles programas;”*

As mesmas conclusões enfatizam que *“11.3 A Assembleia Parlamentar deve assumir-se como impulso político fundamental da CPLP (...)”;*

**Designação: «Programa Pessoa CPLP»**

**O que é:** um programa de mobilidade de estudantes do ensino superior, nacionais dos Estados-membros da CPLP, que permite que um estudante inscrito numa instituição de ensino superior de um país da CPLP desenvolva uma parte do seu ciclo de estudos, durante um determinado período de tempo, numa instituição de ensino superior, ou equivalente, de um outro país da CPLP, beneficiando, para isso, de uma bolsa de estudos atribuída pela CPLP.

**O programa dirige-se** a estudantes de universidades e instituições do ensino superior e formação profissional dos Estados-Membros da CPLP.

**São objectivos:**

Promover a mobilidade de estudantes dentro do espaço da CPLP, tendo em vista:

- a partilha do conhecimento e dos valores culturais na comunidade lusófona;
- a troca de informações e boas práticas entre as instituições a que o Programa se dirige;
- o reforço da Comunidade como *comunidade de língua*;
- a cooperação técnica e humana e o progresso e desenvolvimento dos países membros da CPLP;
- a cooperação na avaliação da qualidade do ensino e dos critérios e metodologias comparáveis;
- a indução de redes de estudantes e investigadores lusófonos, e a sua cooperação com empresas e centros de formação profissional.

**Justificação:** à semelhança do Programa Erasmus da União Europeia, este Programa induz a mobilidade de estudantes e intensifica a circulação de pessoas. A CPLP é, na verdade, um espaço comum, essencialmente marcado por uma língua comum e um projeto político de qualificação das democracias e de entreaajuda e conjunta projeção no mundo. Daí o valor estratégico de uma experiência como esta.

O Programa será um programa-piloto, cujo desenvolvimento posterior ficará dependente do seu próprio sucesso. Ele será estabelecido para um tempo determinado e um número determinado de estudantes.

**Perspetivas:** decorrido o tempo de experiência, terá lugar uma avaliação do impacto, a emprender por peritos independentes dos Estados Membros. Esta avaliação poderá vir a abrir o programa a professores e investigadores e a alargar o seu âmbito a programas de doutoramento e pós-doutoramento e equivalentes.

**Uma metodologia para a construção do Programa:** 1. Envio à Presidência da AP CLPL e à Presidência Executiva da CPLP 3. Debate na reunião de Ministros da Educação da CPLP, em Abril, em Timor-Leste 4. Decisão pelos Chefes de Estado e de Governo.



## REDE DE MULHERES PARLAMENTARES

### ATA DA REUNIÃO

#### I. INTRODUÇÃO

Aos vinte oito dias do mês de Abril de 2015, as 09h00, realizou-se na sala do Conselho de Administração da Assembleia Nacional de Angola, a reunião da Rede de Mulheres da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RM da AP-CPLP).

Estiveram presentes:

- Sra. Deputada Graça Maria Sanches, Presidente da RM Cabo Verde;
- Sra. Deputada Suzete Soares Moniz, Deputada da RM Cabo Verde;
- Sra. Deputada Pilar Djombe Djangani, Senadora da Assembleia da Guiné Equatorial;
- Sra. Deputada Ângela Guerra, Deputada à Assembleia da República de Portugal;
- Sra. Deputada Celmira Sacramento, RM de São Tomé;
- Sra. Deputada Maria Fernanda Lay, RM de Timor Leste;
- Sra. Deputada Eulália Maria A. da Rocha, Secretária da RM AP-CPLP;
- Sra. Deputada Bibiana Nandombua, Deputada da RM de Angola;
- Sra. Deputada Ana Maria M. José, Deputada da RM de Angola;
- Sra. Deputada Marcelina Huna Alexandre, 1ª Secretária da RM de Angola;

- Sra. Deputada Vitória A. da Silva Izata, Deputada da RM de Angola;
- Sra. Suzana Santos, Funcionária da Assembleia da República Portugal,
- Sra. Sancha M. Tilman, Funcionária da Assembleia Nacional de Timor Leste;
- Sra. Paula Maria de Almeida, Funcionária da Assembleia Nacional de Angola.

Estiveram ausentes justificadamente:

- Representantes do Brasil;
- Representantes de Guiné Bissau;
- Representantes de Moçambique.

A reunião contou com a seguinte ordem de trabalho:

1. Apresentação do relatório de actividade 2014;
2. Apresentação, análise e aprovação da Informação a ser lida na reunião dos presidentes da AP-CPLP.

A reunião foi presidida pela Presidente da RM AP-CPLP, Deputada Cândida Celeste da Silva, que depois das palavras de boas vindas, submeteu a ordem de trabalhos à apreciação e aprovação das presentes, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

## II. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1. O relatório síntese não foi apresentado nem aprovado, tendo em conta a comunicação tardia às Presidentes das RM da AP-CPLP. No entanto, a Presidente da RM da AP – CPLP solicitou às Parlamentares presentes que ainda não remeteram os respectivos relatórios que fizessem o mais breve possível.
2. Por outro lado, a presidente da RM da AP- CPLP apresentou uma proposta de intervenção para a VI Reunião da Assembleia Parlamentar a realizar-se em Brasília, em data a indicar. Nesta proposta, cada um dos países presentes acordou os seguintes temas para a discussão na próxima reunião:
  - Erradicação da pobreza extrema e oportunidades de emprego “**ANGOLA E BRASIL**”;



- Mecanismos para aumentar a participação da Mulher na tomada de decisões, sobretudo em matérias que afectam o bem-estar das comunidades rurais “**CABO VERDE**”;
  - Promoção da igualdade entre o género e a autonomia das mulheres e os mecanismos de superação das desigualdades “**PORTUGAL E GUINÉ BISSAU**”;
  - Protecção da maternidade nas relações laborais “**GUINÉ EQUATORIAL E MOÇAMBIQUE**”;
  - Redução da mortalidade infantil, políticas, recursos e programas para melhorar a saúde materna e o acesso a meios que garantam direitos de saúde reprodutiva “**TIMOR LESTE E ANGOLA**”;
  - Combate ao HIV/Sida, a Malária e outras doenças “**S. TOMÉ E PRÍNCIPE**”;
  - Políticas de sustentabilidade ambiental “**PORTUGAL**”.
3. A Sra. Deputada Graça Maria Sanches assumiu a responsabilidade de compilar o relatório final da actividade n.º 5 do Plano da Rede de Mulheres Parlamentares do período 2013/2015, mas para tal é necessário que os países membros enviem o relatório com antecedência;
4. A actual Presidência da RM da AP-CPLP deverá elaborar uma Proposta de Plano de Actividades da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP para o período 2015/2017.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da RM da AP-CPLP deu por encerrada a reunião, quando eram dez horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por todas as Deputadas presentes.

As Deputadas,

Sra. Deputada Cândida Celeste da Silva, Presidente da RM da AP-CPLP;



Sra. Deputada Graça Maria Sanches, Presidente da RM de Cabo Verde;



Sra. Deputada Pilar Djombe Djaugaur, RM da Guiné Equatorial;

  
\_\_\_\_\_


Sra. Deputada Ângela Guerra, Deputada da Assembleia da República de Portugal;

  
\_\_\_\_\_

Sra. Deputada Celmira Sacramento, RM de São Tomé;

  
\_\_\_\_\_

Sra. Deputada Maria Fernanda Lay, RM de Timor Leste;

  
\_\_\_\_\_

Luanda, aos 28 de Abril de 2015.



## **ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA CPLP**

### **REUNIÃO DOS PRESIDENTES DOS GRUPOS NACIONAIS E PREPARATÓRIA DA VI REUNIÃO DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA CPLP**

**LUANDA, 27 e 28 de Abril de 2015**

#### **RELATÓRIO SÍNTESE**

1. Nos dias 27 e 28 de Abril de 2015, realizou-se, em Luanda, a Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais e Preparatória da VI Reunião da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em que participaram os representantes dos Parlamentos de Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Estiveram ausentes, justificadamente, os Parlamentos do Brasil, Guiné-Bissau e de Moçambique.
2. A Reunião foi presidida por Sua Excelência Joana Lina Ramos Baptista Cândido, Presidente do Grupo Nacional da Assembleia Nacional de Angola.
3. A Mesa esteve igualmente composta pelo Sr. Deputado Virgílio Maria Dias Marçal, Presidente do Grupo Nacional do Parlamento Nacional de Timor-Leste e pelo Sr. Deputado Armindo Mauricio, em representação da Assembleia Nacional de Cabo Verde.
4. De salientar que a Guiné Equatorial participou, pela primeira vez, nos trabalhos da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), após a admissão deste país como membro de pleno direito da Comunidade.

5. A reunião contou com a Agenda de Trabalhos seguinte:

- Memorando sobre as implicações legais resultantes da instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP;
- Condições de instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP, em Luanda;
- Projecto de Regulamento do Secretariado Permanente da AP-CPLP;
- Projecto de Perfil Ocupacional para o cargo de Secretário Permanente da AP-CPLP;
- Projecto de Acordo Sede entre a República de Angola e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Estabelecimento do Secretariado Permanente da AP-CPLP;
- Informação sobre as reuniões das Comissões de Trabalho Especializadas e da Rede de Mulheres Parlamentares;
- Informação sobre a Criação do Grupo de Parlamentares para o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP;
- Análise dos Temas a serem apresentados, por cada Parlamento, na VI Reunião da AP-CPLP;
- Aprovação da Agenda de Trabalhos da VI Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP;
- Definição da data para a realização da VI Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP, no Brasil.

6. Submetida à apreciação, a agenda de trabalhos foi aprovada, sendo que da sua análise e discussão foram emitidas as conclusões e recomendações seguintes:

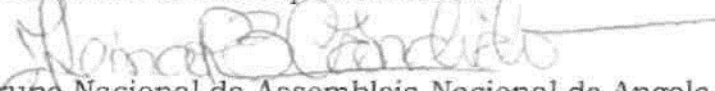
- 6.1. Que, no interesse da contenção de despesas, sejam reavaliados os custos resultantes da instalação efectiva, em Luanda, do Secretariado Permanente da AP-CPLP.

- 6.2. Que os custos anuais de manutenção do Secretariado Permanente sejam orçados em USD 200.000,00 (Duzentos Mil Dólares Americanos) repartidos equitativamente pelos Parlamentos Nacionais, sem prejuízo das consultas internas a serem feitas com as lideranças de cada Parlamento, num prazo de trinta dias.
- 6.3. Que, na fase inicial de implementação do Secretariado Permanente, seja privilegiado o recrutamento local, tendo em conta a redução de custos daí supervenientes.
- 6.4. Que a escolha do Secretário Permanente da AP-CPLP seja feita por via de concurso público aberto aos cidadãos dos Estados Membros da CPLP, nos termos a definir em regulamento próprio.
- 6.5. Que sejam designados dois Representantes da AP-CPLP, para integrarem o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e que cada Parlamento Nacional designe um Deputado para o acompanhamento desta matéria na Comissão Instaladora do referido mecanismo.
- 6.6. Que, num prazo não superior a trinta dias, os Parlamentos Membros remetam, à presidência da AP-CPLP, as suas sugestões relativas ao Acordo Sede entre a República de Angola e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Estabelecimento do Secretariado Permanente da AP-CPLP.
7. Foram aprovadas as actas das Comissões de Trabalho Especializadas, bem como foram registadas as conclusões da Rede de Mulheres Parlamentares.
8. Que, num prazo não superior a trinta dias, os Parlamentos Membros remetam, à presidência da AP-CPLP, as propostas de temas a serem discutidos na VI Reunião da AP-CPLP. Entretanto, já foram identificados os temas seguintes: “Cidadania e circulação no espaço da CPLP”, “Prevenção de doenças infecto-contagiosas” e “Diplomacia económica multilateral no espaço da CPLP.”
9. Foi aprovada uma proposta de Agenda de Trabalhos para a VI Reunião da AP-CPLP.

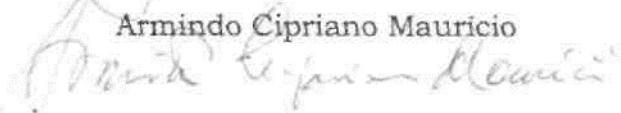
10. Foi enaltecido o engajamento da Câmara dos Deputados do Brasil, para acolher, em Novembro de 2015, a VI Reunião da AP-CPLP, sendo, todavia, considerado que se devia encetar diligências no sentido de se alterar a data proposta para o primeiro trimestre de 2016, tendo em conta o calendário eleitoral e o período de discussão e aprovação do orçamento em alguns Estados Membros.
11. A Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais manifestou a sua gratidão à Assembleia Nacional de Angola, pela qualidade das condições materiais criadas para a instalação do Secretariado Permanente e pela calorosa hospitalidade.

Luanda, 28 de Abril de 2015.-

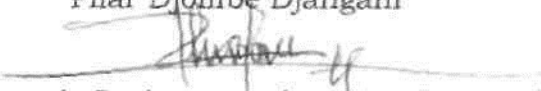
Joana Lina Ramos Baptista Cândido

  
Presidente do Grupo Nacional da Assembleia Nacional de Angola

Armindo Cipriano Mauricio

  
Em representação do Presidente do Grupo Nacional da Assembleia da Nacional de Cabo Verde

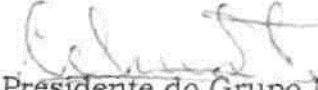
Pilar Djombe Djangani

  
Senadora do Parlamento da Guiné Equatorial


Carlos Páscoa Gonçalves

  
Presidente do Grupo Nacional da Assembleia da República de Portugal

Celmira de Almeida do Sacramento

  
Em representação do Presidente do Grupo Nacional da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe

Virgílio Maria Dias Marçal

  
Presidente do Grupo Nacional do Parlamento Nacional de Timor-Leste

**Relatório da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) e da Delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-São Tomé e Príncipe, sobre a Missão Oficial que decorreu de 12 a 17 maio de 2015, a convite do Parlamento daquele país**

Uma Delegação da Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) conjuntamente com uma Delegação do Grupo Parlamentar de Amizade (GPA) Portugal-São Tomé e Príncipe, realizou uma Missão Oficial àquele país, a convite do Parlamento são-tomense, entre os dias 12 e 17 de maio de 2015.

A Delegação foi chefiada pelo Presidente da Delegação da AP-CPLP, Deputado Carlos Páscoa (PSD), e pela Presidente do GPA Portugal-São Tomé e Príncipe, Deputada Carla Cruz (PCP); sendo composta pelo Deputados da AP-CPLP: Arménio Santos (PSD), Deputada Elza Pais (PS), Deputado Pedro do Ó Ramos (PSD), Deputada Ângela Guerra (PSD) e Deputado João Paulo Pedrosa (PS); e pelos Deputados do GPA: Acácio Pinto (PS), Vice-Presidente do GPA e Lino Ramos (CDS), em substituição do Deputado Altino Bessa (CDS). A Delegação conjunta foi assessorada pela técnica parlamentar Susana Santos.

A Missão Oficial desta Delegação conjunta da Assembleia da República teve por objetivo, para além da manutenção da já longa e histórica relação de proximidade entre os dois países, conhecer também os novos Deputados da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe constituída após as eleições de outubro do ano transato.

Os Deputados pretendiam também a troca e partilha de experiências com o novo Parlamento constituído e a visita a Organizações Não Governamentais (ONG) com trabalho humanitário reconhecido por ambos os países.

Os trabalhos iniciaram-se no dia seguinte à chegada, (que aconteceu já no final do dia), 13 de maio, pelas 09h00, com um Encontro de Cortesia com S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Dr. José da Graça Diogo, onde foram apresentados os mútuos cumprimentos e respeitos e dadas as boas-vindas à Delegação portuguesa. O Deputado Carlos Páscoa referiu ainda o “Programa Pessoa” (Programa em estudo de proposta de mobilidade de estudantes dentro do espaço da CPLP) que foi muito bem acolhido pelo Sr. Presidente da Assembleia. A Deputada Carla Cruz agradeceu também as boas-vindas e manifestou a vontade da Delegação de conhecer o novo Parlamento.

A Delegação seguiu os trabalhos com uma visita ao Hospital Ayres de Menezes, onde funciona um projeto desenvolvido pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF). O projeto é inovador a nível mundial e permite um diagnóstico oftalmológico através de uma plataforma de telemedicina. Os Deputados tiveram a oportunidade de observar uma consulta de telemedicina com o Hospital Egas Moniz, com o Dr. Luís Pereira, um dos médicos voluntários do IMVF. Foram ainda referidas as vantagens do programa e a redução da necessidade das evacuações dos doentes oftalmológicos.

A Delegação seguiu para a Embaixada de Portugal onde foi recebida pela Embaixadora Paula Silva e pelo Terceiro-Secretário de Embaixada, Dr. Nuno Félix. Neste encontro a Embaixadora sublinhou as boas relações existentes com São Tomé e Príncipe e a necessidade de promoção de mais investimento das empresas portuguesas naquele país em áreas como a agricultura, o turismo e a pesca.

Após uma pausa para almoço seguiram-se os trabalhos com uma reunião com o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Dr. Ovídio Barbosa Pequeno, onde foram discutidos assuntos como a dependência do orçamento de S. Tomé da Cooperação Internacional e do trabalho que está a ser realizado para se tornarem mais independentes a esse nível. O Sr. Ministro referiu que em setembro próximo irá realizar uma Mesa redonda onde se irão discutir grandes projetos na área da cooperação e manifestou o seu empenho em transformar o país numa plataforma de serviços de toda a África pela sua estratégica

localização geográfica. Referiu ainda que estão a ser realizados estudos no sentido de saber se existe ou não petróleo nos limites de São Tomé e Príncipe, mas que ainda não existem resultados concretos por falta de investimento estrangeiro.

O Sr. Ministro mencionou ainda que irá dedicar esforço e atenção ao Mar que entende, poderá ser uma saída para o país. Ressalvou que não existe nenhuma preocupação digna de assinalar que possa perturbar o normal funcionamento do governo.

A Deputada Carla Cruz, após agradecimentos de boas-vindas e receção do Ministro, manifestou interesse no desenvolvimento das relações entre os dois países no âmbito da cooperação profissional no contexto dos desafios com que se depara o povo de São Tomé e o facto da ajuda pública ao desenvolvimento ter um grande peso no orçamento do país. Considerou ainda como áreas fundamentais a saúde e a educação, sendo que a mais valia da formação será permitir que o povo de São Tomé possa tomar em mãos o seu destino. Referiu ainda a visita ao Hospital e a observação da consulta de Telemedicina. A Deputada Carla Cruz deixou duas questões ao Sr. Ministro – nota retração do apoio da cooperação? E que expectativas tem para a Mesa redonda a realizar em setembro?

O Ministro respondeu que o Programa de Cooperação assinado em 2012 termina em 2015 e que na visita do Secretário de Estado delinearão o novo programa, mas ainda não estão indicados os valores. Não crê contudo, que sejam abaixo dos já existentes, apesar da crise que toda a Europa atravessa. Concorda que a educação é primordial, que os homens e mulheres têm que ter a formação adequada para decidirem o seu futuro e referiu também que os quadros que vêm de Portugal são brilhantes, estando todos empregados.

Quanto à Mesa redonda espera lançar STP como plataforma de serviços, pretende obter meios para começar o arranque para o futuro e que o Mar seja veículo de promoção da riqueza e agricultura.

O Deputado Carlos Páscoa tomou a palavra e começando por agradecer o encontro, referiu que gostaria de alargar os contactos com STP, a partilha de experiências e ficar com uma ideia mais abrangente da situação atual do país, e por isso a solicitação do encontro. Refere que a Economia Azul é um interesse partilhado pelos países da CPLP, e questiona como pretenderia realizar a fiscalização no Mar? Informou também o Ministro das sugestões que deixou em Luanda na Reunião onde STP também esteve representado, nomeadamente sobre o desejo de realizar um Seminário sobre Diplomacia Económica.

A Delegação seguiu depois para a reunião com o Ministro da Educação, Cultura e Ciência, Dr. Olinto Daio.

Nesta reunião o Deputado Carlos Páscoa, após apresentar a Delegação, referiu que a mesma havia sido solicitada de forma a apresentar pessoalmente o “Programa Pessoa”, pedindo informação sobre a área da Educação em São Tomé; terminou pedindo a oportunidade para que o Deputado Arménio Santos pudesse apresentar em mais detalhe o “Programa Pessoa”.

A Deputada Carla Cruz apresentou-se também referindo que é o reforço das relações entre os dois parlamentos o que move o GPA.

O Deputado Arménio Santos apresentou em maior detalhe o “Programa Pessoa”, e explicou que o mesmo já havia sido apresentado pela Presidente da Assembleia da República Portuguesa, Dra. Assunção Esteves, já em 2012, na Reunião Plenária em Luanda. Referiu ainda que a Deputada Celmira também já teria tido acesso ao mesmo na Reunião de Luanda em abril passado; a Deputada Celmira informou que faria chegar uma cópia do documento ao Ministério.

O Ministro Olinto Daio informou que STP pretende prolongar o ensino básico, ampliar a oferta, e apostar na formação de professores. Considera também que existe pouca oferta no ensino secundário e talvez por isso, poucos alunos que têm que ser captados. A nível do ensino superior há o constrangimento da oferta de bolsas para formação de quadros no exterior, que depois não regressam a STP.

No dia seguinte, 14 de maio, os trabalhos prosseguiram na Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, com a Delegação a reunir com a Comissão Especializada de Relações Exteriores, Comunidades, Defesa e Mar, pelas 9h00.



Após apresentações de ambos os lados, o Deputado Carlos Páscoa agradece a disponibilidade para receberem a Delegação portuguesa numa perspetiva de partilha de experiências e coloca-se à disposição para ajudar no que entenderem necessário.

A Deputada Carla Cruz questiona sobre os desafios de uma Comissão que aborda temas tão diversos.

O Deputado Arménio Santos questiona sobre a fiscalização existente na costa e que problemas existem, como pretendem ultrapassá-los e se pretendem trabalhar em cooperação com outros países.

O Presidente da Comissão refere que se trata de uma Comissão muito jovem, que ainda está a dar os primeiros passos. Informa que Portugal tem ajudado na fiscalização do Mar em STP. O Vice-Presidente da Comissão gostaria de saber das competências das Comissões Parlamentares Portuguesas e como funciona a tramitação em Portugal.

A Deputada Carla Cruz informa papel de fiscalização, e processo de tramitação e disponibiliza-se para enviar a informação que considerem necessária para STP.

O Deputado Lino Ramos falou na importância do ordenamento do território e ambiente, que deve ser também uma prioridade, uma vez que o Turismo poderá ser um grande atrativo de recursos para STP.

O Deputado Pedro do Ó Ramos referiu que fazendo parte da Comissão de Agricultura e Mar, e que tal como Portugal, STP tem uma zona marítima económica exclusiva, e, numa lógica de recursos, tem também um dever sobre a gestão ambiental.

A reunião terminou com mais perguntas e respostas sobre o processo legislativo português.

Pelas 10h30 a Delegação foi recebida pela Rede das Mulheres Parlamentares de STP.

Nesta reunião a Deputada Ângela Guerra falou sobre as resoluções da Reunião da Rede das Mulheres em Luanda, em abril, onde estiveram também presentes a maioria das Deputadas de STP ali presentes; referiu que estando os objetivos do Milénio a terminar é preciso verificar o que já foi feito e o que ainda falta fazer.

A Deputada Elza Pais informou que pertence à Subcomissão de Igualdade onde estão representados todos os grupos parlamentares; referiu que a questão da igualdade de género é uma questão de Direitos Humanos pelo que é fundamental que os homens também façam parte das comissões que abordam estes temas.

As Deputadas de STP pediram informação de como poderiam ultrapassar essa questão no seu país, a Deputada Ângela Guerra sugeriu uma proposta de lei oferecendo a sua ajuda.

Os trabalhos da Delegação prosseguiram com um Encontro com o Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, onde foram abordados diversos temas desde o envelhecimento da população em Portugal, esperança de média de vida à nascença em São Tomé, ao grande número de jovens que existem em São Tomé, questões laborais, questões legislativas entre outras.

Da parte da tarde a Delegação foi recebida pelo Grupo Parlamentar Português de Amizade São -Tomé e Príncipe e Portugal e pelo Grupo Nacional de STP à AP-CPLP.

A Deputada Carla Cruz agradeceu as boas-vindas e reconheceu o esforço feito por São Tomé e Príncipe na rapidez na constituição do Grupo Parlamentar de Amizade STP-Portugal; informou sobre a data de criação do GPA Portugal-STP e sobre as reuniões com Deputados da ANSTP que vão a Portugal no âmbito do Protocolo de Cooperação; reforçou a importância da cultura e da língua comum. O Deputado Lino Ramos mencionou a importância da partilha e troca de experiências, num quadro cada vez mais global, esta é cada vez mais essencial e reitera a sua disponibilidade.

O Deputado de STP, Jorge Amado, agradece e reforça a importância do desenvolvimento da relação entre os dois países, ressalva a cooperação com Portugal a nível de apoio técnico e assessoria que ajuda ao bom desenvolvimento dos trabalhos no Parlamento de STP. Apesar de em STP também se sentir quando Portugal está em crise STP sabe que pode sempre contar com Portugal e que é sempre muito bem recebido no nosso país e é com muita satisfação que acolhe a presença de Deputados portugueses.

O Deputado Carlos Páscoa fala na importância da troca de experiências a nível multilateral no espaço da CPLP e apresenta os Deputados e Comissões Especializadas da AP-CPLP das quais os Deputados fazem parte e começa por pedir à Deputada Ângela Guerra para falar sobre a Rede das Mulheres. A Deputada Ângela Guerra faz apelo aos Deputados da ANSTP para ouvirem as Deputadas da Rede das Mulheres e

refere que as matérias que estão na agenda da Rede também dizem respeito aos Direitos Humanos. Fala também nas matérias abordadas pelo CONSAN e nos temas necessários para preparar para a próxima reunião.

O Deputado Arménio Santos apresenta o Programa Pessoa; a Deputada Elza Pais referiu a importância da unidade da CPLP em todos os dossiers de forma a que a CPLP possa finalmente ganhar a força que já tem em potencial.

O Deputado Carlos Páscoa referiu os temas apresentados na Reunião em Luanda e que também STP deve apresentar no prazo de 30 dias para a próxima Reunião Plenária da AP-CPLP.

No dia 15 de maio, sexta-feira, a Delegação, seguiu às 09h00, para visitar a Escola Básica de Ribeira Afonso onde entregou livros que o Deputado Acácio Pinto havia levado e também que o Deputado Virgílio Macedo (que por motivos pessoais não foi na Missão) havia solicitado o transporte. A Escola preparou uma recepção aos Deputados que tiveram oportunidade de falar com os professores e alunos.

Seguiu-se um encontro no Palácio Presidencial com o Presidente da República, Dr. Manuel Pinto da Costa, onde os Deputados ouviram o Presidente dizer que é com muito agrado que verifica um maior número de visitas de Deputados portugueses nos últimos tempos a STP. Os Deputados agradeceram e referiram os motivos que os levaram a STP.

Os trabalhos seguiram com uma visita à Cervejaria Rosema onde os Deputados tiveram a possibilidade de conhecer todo o processo de fabrico e de verificação de qualidade da cerveja nacional.

No final do dia realizou-se um encontro na Residência Oficial da Embaixadora Paula Silva, com a Comunidade Portuguesa.

No dia 16, pelas 9h00, a Delegação teve um encontro com todos os partidos políticos representados no ANSTP onde foram abordados diversos temas como o processo de tramitação, funcionamento das Comissões Parlamentares, Cooperação, entre outros.

A Delegação visitou a antiga roça Monte Café após o que regressou à Capital.

No dia 17, a Delegação dirigiu-se à ONG Helpo onde entregou o Leite em pó que havia transportado desde Portugal a pedido desde ONG – por falta do mesmo em STP e pelo seu preço bastante elevado. A Delegação conheceu as instalações e os funcionários e voluntários da Organização e o projeto desenvolvido no acompanhamento Nutricional Materno-Infantil.

A Delegação regressou à Capital onde se preparou para o regresso a Lisboa.

Palácio de S. Bento, 20 de julho de 2015.

A Assessora da Delegação, Suzana Santos

Anexo:

I. Programa

PROPOSTA DE PROGRAMA  
VINDA DA DELEGAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE E GRUPO NACIONAL DA AP-CPLP

**Terça-feira, 12 de maio**

- 17H00 – Chegada da Delegação
- Receção da Delegação no aeroporto
- Instalação no Hotel Pestana

**Quarta-feira, 13 de maio**

- 09H00 – Encontro de cortesia com Sua Excelência o Presidente da ANSTP
- 10H00 – Visita instalações IMVF
- 11h00 – Encontro com a Embaixadora Paula Silva na Embaixada de Portugal em STP
- 12H00 – Almoço
- 14H30 – Encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades
- 16H00 – Encontro com o Ministro da Educação, Ciências e Cultura
- 17H00 – Regresso da Delegação ao Hotel
- 19h30 – Jantar de Boas Vindas oferecido pelo Presidente da Assembleia Nacional, no Restaurante do Club Santana

**Quinta-feira, 14 de maio**

- 9H00 – Encontro com a Comissão Especializada de Relações Exteriores, Comunidades, Defesa e Mar
- 10H00 – Encontro com a Rede das Mulheres Parlamentares
- 11H00 – Encontro de cortesia com o Primeiro-Ministro
- 12H00 – Almoço
- 15H00 – Encontro com GPA e Grupo Nacional AP-CPLP
- 16H45 – Regresso da Delegação ao Hotel

**Sexta-feira, 15 de maio**

- 09H00 – Entrega de Livros a Escola Básica de Ribeira Afonso
- 11H00 – Encontro de cortesia com o Presidente da República
- 12H00 – Almoço
- 14H00 – Visita a Cervejaria Rosema
- 18H00 – Encontro com a Comunidade Portuguesa residente em STP na residência da Embaixadora

**Sábado, 16 de maio**

- 10H00 – Encontro informal com representantes de partidos políticos representados na ANSTP
- 12H00 – Almoço
- 14H00 – Visita ao Jardim Botânico e Monte Café
- 17H00 – Regresso da Delegação a Capital

**Domingo, 17 de maio**

- 10H30 – Visita à ONG Helpo – entrega de Leite em pó
- 17H00 – Partida da Delegação

## GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE PORTUGAL-GUINÉ-BISSAU

### Relatório referente à visita oficial do Grupo Parlamentar de Amizade a Bissau, que teve lugar de 16 a 20 de março de 2015

Uma Delegação do Grupo Parlamentar de Amizade (GPA) Portugal – Guiné-Bissau deslocou-se a Bissau e Cacheu para uma visita oficial que decorreu entre os dias 16 e 20 de março de 2015 e integrou um representante de cada Grupo Parlamentar que compõe este GPA. Por impedimentos relacionados com a sua atividade parlamentar, a Presidente do GPA, Deputada Catarina Martins (BE) não integrou a Delegação pelo que esta foi chefiada pelo 1.º Vice-Presidente do GPA, Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD). Em representação dos restantes Grupos Parlamentares participaram os Deputados João Portugal (PS) – 2.º Vice-Presidente do GPA, João Paulo Viegas (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Cecília Honório (BE), a Delegação foi assessorada pela Diretora do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo, Rita Pinto Ferreira.

Esta visita oficial revestiu-se de uma importância muito particular, ocorrendo num contexto de especial relevância para o futuro da Guiné-Bissau, na medida em que antecedeu a Mesa de Doadores que se realizou pouco dias depois em Bruxelas. Efetivamente, a 25 de março, teve lugar a referida conferência internacional (coorganizada pelo governo da Guiné-Bissau, União Europeia e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) na qual participaram delegações de 70 países e instituições e permitiu mobilizar mais de mil milhões de euros de apoios, sendo que o Governo português anunciou a intenção de assinar, até junho próximo, um programa estratégico de cooperação num montante que rondará os 40 milhões de euros.

Nos três dias em Bissau (chegada na madrugada de 17 e partida na noite de 19) a Delegação da Assembleia da República teve encontros com o Presidente da República, José Mário Vaz, com o Primeiro-Ministro, Domingos Simões Pereira, com o Secretário de Estado do Plano e Integração Regional, Degol Mendes, com o Presidente da Assembleia Nacional Popular, Cipriano Cassamá, com a Comunidade Portuguesa e efetuou uma visita ao Hospital Simão Mendes e ao Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP).

A Delegação reuniu ainda com Deputados do Grupo Parlamentar de Amizade homólogo debatendo temas de interesse mútuo como a cooperação bilateral e o Plano Indicativo de Cooperação, os desafios da cooperação parlamentar e o Parlamento e os instrumentos de fiscalização. As reuniões com os Deputados do Grupo Parlamentar de Amizade homólogo terminaram com um momento de especial importância para o fortalecimento das relações bilaterais parlamentares: a assinatura de uma Carta de Intenções pelos representantes dos dois Grupos Parlamentares de Amizade. Este documento materializa a forte vontade de reforço da cooperação bilateral, de consolidação das relações entre as duas instituições parlamentares e, fundamentalmente, espelha um sentimento de esperança e confiança no futuro das relações entre os dois países.

No último dia, a Delegação deslocou-se a Cacheu onde foi recebida pelas autoridades locais. Cacheu foi fundada em 1588 e possui na sua génese uma ligação ao comércio de mão-de-obra escrava, nasceu junto ao rio que a batizou como primeira feitoria portuguesa deste território. Trata-se de uma cidade costeira, antiga capital da guiné portuguesa, morada dos capitães-mores nomeados pelo Rei de Portugal e é, ainda hoje, capital da segunda região mais populosa da Guiné-Bissau e uma das principais zonas de pesca do país. Cacheu está geminada com a cidade de Viana do Castelo e no âmbito da cooperação estabelecida entre as duas cidades, com o apoio do Rotary Clube, foi fundada uma biblioteca e ludoteca. A Delegação teve oportunidade de visitar estas instalações e conheceu também o edifício que acolherá o futuro Museu da Escravatura, cujo financiamento conta com o apoio da Fundação Mário Soares.

No percurso de ida para Cacheu, e embora não estivesse previsto no programa, a ANP proporcionou à Delegação portuguesa um momento que ficou na memória de todos – visita à Aldeia de Crianças SOS Canchungo. O acolhimento foi feito pela Diretora da Aldeia de Crianças SOS, Cecília Brandão dos Santos, e por um conjunto de crianças e mães que presentearam todos com as suas canções e declamações. Nas conversas havidas foi possível conhecer o relevante trabalho desenvolvido pela instituição, a sua importância na comunidade local, a forma como tem evoluído e as carências existentes, para as quais foi solicitada a atenção da Delegação portuguesa.

Todo o conjunto de reuniões e visitas realizadas na Guiné-Bissau permitiu aos Deputados que integraram a Delegação adquirirem uma percepção do atual contexto guineense tanto no que se refere às reais necessidades nas mais diversas áreas como a saúde, educação, energia, agricultura, pescas, ou biodiversidade, quer relativamente às expectativas e esperanças depositadas na Mesa de Doadores.

Para a concretização do programa da visita oficial, que abaixo se sistematiza, foi decisiva a boa coordenação existente entre a Missão Diplomática de Portugal em Bissau e a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANP). O acolhimento, organização e acompanhamento quer do Embaixador de Portugal em Bissau, António M. Leão Rocha, quer do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade homólogo, Iafai Sani, em representação do Presidente da ANP, foram essenciais para o sucesso desta missão e cumprimento dos seus objetivos.

## PROGRAMA

### 17 de março

9h00 – visita às instalações do Hospital Simão Mendes

10h00 – acolhimento pelo 1.º Vice-Presidente da ANP

10h15 – visita às instalações da ANP (Plenário e salas dos Grupos Parlamentares)

10h30 – reunião para apresentação do programa da visita e dos Deputados do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Guiné-Bissau

12h00 – receção na Residência do Embaixador de Portugal por ocasião da visita do Ministro da Defesa Nacional de Portugal, José Pedro Aguiar-Branco

14h00 – encontros com os grupos parlamentares e comissão especializada permanente para a política externa, cooperação internacional e emigração

17h00 – visita ao IBAP para uma sessão sobre a biodiversidade na Guiné-Bissau

### 18 de março

10h00 – encontro com o Presidente da República da Guiné-Bissau

10h40 – sessão de trabalho sobre “O estado da arte da cooperação bilateral – Portugal/Guiné-Bissau” através da análise do Plano Indicativo de Cooperação

13h00 – “O papel dos Parlamentos nos Estados de Direito democrático, no âmbito do desenvolvimento das instituições democráticas e na promoção dos direitos humanos”

14h00 – almoço na Primatura

16h30 – apresentação das prioridades políticas para a Mesa Redonda (Conferência de Doadores), assim como os principais projetos estratégicos nacionais (Palácio do Governo)

17h30 – encontro com a comunidade portuguesa residente em Bissau

### 19 de março

9h00 – Encontro com o Presidente da ANP e reunião de trabalho com o GPA homólogo sobre as estratégias e perspectivas da cooperação conjunta; discussão de um possível memorando de entendimento

11h30 – conferência de imprensa conjunta

12h00 – partida para Cacheu; almoço e visitas

20h00 – jantar na Embaixada de Portugal em honra do Presidente da ANP e dos partidos com representação parlamentar

### Dia 17

A Delegação portuguesa foi recebida na Sala do Plenário e logo no início da Sessão Plenária recebeu as boas vindas do 1.º Vice-Presidente da Assembleia Nacional Popular, que no momento presidia aos trabalhos da Sessão. De seguida, a 1.ª Secretária da Mesa leu a Ordem de Trabalhos e a primeira intervenção coube ao Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade homólogo, Deputado Iafai Sani, na qual se dirigiu de forma particular à presença da Delegação portuguesa, referindo a importância do fortalecimento da cooperação parlamentar, o construir e aprofundar uma relação permanente com importantes similaridades linguísticas,

culturais e institucionais que orientam as opções tomadas, a Mesa de Doadores (que se aproximava) e a enorme responsabilidade desse momento que exige a colaboração de todos.

Após o acolhimento a palavra foi dada aos Deputados portugueses, sendo que todos eles se dirigiram ao Plenário e nas suas intervenções destacaram: o fortalecimento da cooperação entre os dois países, a sua importância para o atual contexto de consolidação democrática e como sinal à comunidade internacional; as vantagens de uma cooperação que se quer mútua e vantajosa para ambas as partes; a confiança no futuro da Guiné-Bissau e nas suas instituições para guiarem o país em direção ao desenvolvimento, à estabilidade e ao progresso que tanto necessitam.

Antes de terminar o encontro na Sala das Sessões, os membros do Grupo Parlamentar de Amizade homólogo apresentaram-se à delegação da Assembleia da República. Ainda na Assembleia Nacional Popular, a Delegação teve oportunidade de conhecer algumas salas de trabalho, nomeadamente dos dois maiores Grupos Parlamentares: PAIGC e PRS.

A manhã terminou na Embaixada portuguesa com um encontro com o Ministro da Defesa de Portugal, José Pedro Aguiar-Branco, e a sua comitiva que também se encontravam em visita oficial à Guiné-Bissau, na sequência da qual foi assinado um acordo de cooperação técnico militar.

A tarde decorreu na Assembleia Nacional Popular, onde a Delegação do GPA teve diversos encontros com Deputados guineenses, nomeadamente com a Comissão de Política Externa cujo Presidente assumiu, em anteriores Governos, as funções de Ministro da Economia e dos Negócios Estrangeiros. Nestes encontros os Deputados da Assembleia da República tiveram oportunidade de referir o grande interesse e consenso que, desde o início, esta visita gerou. Quer a Presidente do GPA, Deputada Catarina Martins (BE) quer a Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, incentivaram e promoveram a concretização desta visita, também o facto de a Delegação integrar representantes de quase todos os Grupos Parlamentares é representativo do mencionado interesse e importância. De entre várias matérias, estes encontros abordaram: a atual realidade das relações fronteiriças na Guiné-Bissau; a emigração e o acompanhamento feito à diáspora guineense; a boa atuação das autoridades guineenses no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos, em particular de crianças, e as escolas de talibés no Senegal; as dificuldades da comunidade guineense em Portugal; a cooperação com a Guiné-Bissau no âmbito da CPLP; e a atual estratégia guineense nos mercados internacionais.

Após os referidos encontros a Delegação do GPA efetuou uma visita às instalações do Hospital Nacional Simão Mendes (inicialmente prevista para a parte da manhã) e ao IBAP, nas quais foi recebida pelos respetivos responsáveis. No Hospital foi possível conhecer o serviço de urgência, a maternidade e a pediatria. Relativamente ao IBAP, os seus coordenadores apresentaram os objetivos do Instituto, o seu funcionamento e organização e foi visionado um filme sobre a biodiversidade na Guiné-Bissau que está disponível no [site www.ibap-gbissau.org](http://www.ibap-gbissau.org) “Guiné-Bissau bamba di vida – a biodiversidade ao serviço do desenvolvimento sustentável”. Esta visita revestiu-se de particular interesse pois permitiu conhecer uma perspetiva diferente da Guiné-Bissau, um país preocupado com a sua biodiversidade, consciente da proteção das populações locais e determinado a preservar o seu património ambiental.

#### Dia 18

Em conformidade com o programa da visita estabelecido, a Delegação do GPA foi recebida pelo Presidente da República da Guiné-Bissau, José Mário Vaz. Este relembrou as suas raízes como estudante do ISEG, em Lisboa, e as suas vivências quer como estudante quer como profissional no início da carreira. Destacou que o atual momento é o melhor momento para o restabelecimento da cooperação entre a Guiné-Bissau e Portugal (“é hoje, não foi ontem”), a consolidação das relações entre países é feito por políticos mas também por empresários e na Guiné-Bissau está tudo por fazer pelo que é, atualmente, um país de oportunidades. O desenvolvimento do setor agrícola é uma preocupação, nomeadamente no que se refere à produção de arroz a qual, com o devido investimento, tem potencialidades para ser exportada. Concluiu apelando a todos os Deputados portugueses presentes que sejam porta-vozes de uma mensagem de mobilização dos empresários portugueses no sentido de que “façam da Guiné-Bissau o vosso país”, o atual quadro político guineense é totalmente diferente do passado, destaca-se a grande qualidade dos Deputados da Assembleia Nacional Popular pelo que também a troca de experiências e a formação de quadros terá boa repercussão.

Após o encontro na Presidência da República seguiu-se uma sessão de trabalho na ANP com a participação de Deputados do GPA homólogo, do Embaixador de Portugal em Bissau, do Adido Cultural da Embaixada de Portugal e do representante do Diretor-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros guineense. A sessão de trabalho abarcou três temas distintos – a cooperação bilateral Portugal/Guiné-Bissau, o papel dos Parlamentos na promoção dos direitos humanos e o Parlamento enquanto órgão fiscalizador – os contributos dos Deputados portugueses colheram o maior interesse por parte dos seus homólogos quer pela perspectiva que cada um apresentou da atual realidade guineense quer pelo conjunto de questões colocadas, as quais permitiram um debate dinâmico e construtivo para uma cooperação que se quer ativa, efetiva e de valor acrescentado. Também a intervenção do Embaixador de Portugal teve um particular interesse até pelo facto de ter transmitido que se tratou da primeira vez em que fez uma intervenção na ANP. Registam-se os principais pontos de intervenção:

— Portugal tem sido o grande parceiro da Guiné-Bissau no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, mesmo num período em que, ao nível institucional, a cooperação que se encontrou suspensa, na realidade os atores da sociedade civil e as organizações não-governamentais ocuparam esse espaço.

— O reforço das instituições do Estado, o apoio ao crescimento económico, as questões ambientais e da biodiversidade e a igualdade de género são os eixos centrais que carecem do maior apoio dos parceiros da cooperação. Sendo que para além destas matérias estruturais devem igualmente ser contempladas áreas como a segurança interna, a justiça e a educação.

— A Mesa Redonda como um momento catalisador no futuro próximo da Guiné-Bissau para onde convergem todas as atenções. Após a sua realização serão considerados os novos parâmetros para a definição do Plano Estratégico de Cooperação, a três anos, sendo que a cooperação bilateral deverá ser mutuamente vantajosa, impulsionar o desenvolvimento, o progresso e o empoderamento das populações.

— Promover a coordenação, avaliar e fiscalizar são ações fundamentais no atual processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau competindo à ANP um papel determinante para o seu sucesso. O Parlamento representa a população e as comunidades na sua maior diversidade possível pelo que os Deputados estarão em condições de impulsionar a promoção dos direitos humanos e utilizar, na sua plenitude, quer o poder de legislar quer os instrumentos de fiscalização.

— Os instrumentos de fiscalização parlamentar como as comissões parlamentares, as perguntas e os requerimentos, os debates com o Governo, as petições e as comissões parlamentares de inquérito são hoje instrumentos ativos na ANP. Neste âmbito não existe ainda a figura do agendamento potestativo que, no entanto, poderá vir a ser considerada na eventual revisão do Regimento.

Paralelamente a esta sessão de trabalho decorreu uma reunião na qual participaram o Secretário-Geral da ANP, José Carlos Rodrigues, os Diretores de Serviços das diversas unidades orgânicas da ANP e a Diretora do GARIP, Rita Pinto Ferreira. Esta reunião visou o estabelecimento das linhas orientadoras do próximo programa de cooperação bilateral a estabelecer para o período 2015/2017.

Em termos gerais, o próximo Programa de Cooperação a celebrar entre a ARP e a ANP deverá ter como foco principal a capacitação dos funcionários parlamentares guineenses. Na sequência de um processo de recrutamento, foram admitidos na ANP 39 funcionários que, embora possuam as habilitações literárias exigidas às funções que irão desempenhar, são inexperientes no que se refere à prática parlamentar, sendo que esta é uma realidade transversal a todas as unidades orgânicas nas quais estão inseridos. Nesta reunião definiram-se as seguintes atividades prioritárias: Relações Públicas e Protocolo, Processo Legislativo e Redação, e Informática. No entanto as áreas de Documentação e Administração e Finanças foram igualmente consideradas como carecidas de formação técnica. O Secretário-Geral da ANP considerou ainda que a participação de Deputados portugueses em visitas oficiais, para a realização de conferências/seminários, também contribuirá para a capacitação dos funcionários parlamentares.

À sessão de trabalho seguiu-se o almoço com o Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Domingos Simões Pereira, e, conforme o programa, a Delegação portuguesa foi posteriormente recebida pelo Secretário de Estado do Plano e Integração Regional, Degol Mendes, com vista à apresentação das prioridades políticas para a Mesa Redonda e dos principais projetos estratégicos nacionais. Esta reunião permitiu conhecer de

forma sistematizada o processo que culminará na conferência internacional de doadores e que determinará o futuro político-económico da Guiné-Bissau. Das informações obtidas neste encontro merecem particular destaque:

1. Entre 1998 e 2003, a Guiné-Bissau viveu um período de instabilidade política, de não crescimento ou mesmo de regressão da economia. Tornava-se imperativo romper o ciclo vicioso e avançar para um ciclo virtuoso.

2. Em 2014, pós-eleições, assistiu-se à formação de um Governo inclusivo cujas propostas de orçamento para 2014 e 2015 são aprovadas por unanimidade, assim como o Programa de Governo. A partir daqui estabeleceram-se três etapas: 2014 – “Na Terra Ranka”, criação das condições; 2015-2020 – “Terra Ranka”, reviravolta estratégica; 2020-2025 – “Sol na lardi”, implementação de uma economia competitiva, construída numa sociedade justa e preservando a biodiversidade.

3. O processo começou com contactos com todos os setores para se conhecerem as prioridades de cada um pois tornou-se claro que deveria ser um processo participativo sob pena de não ser exequível.

4. Sustentados por uma Guiné-Bissau positiva, politicamente estabilizada pelo desenvolvimento inclusivo, boa governação e preservação da biodiversidade, definiram-se os cinco eixos da fundação: a) Paz e Governação; b) Infraestrutura e desenvolvimento urbano; c) Ambiente de negócios; d) Desenvolvimento humano; e) Biodiversidade e capital natural.

5. Identificaram-se os motores de crescimento, uma espécie de setores catalisadores: minas, turismo, pesca, agricultura e agroindústria.

6. Para que sejam alcançados os resultados esperados é necessária a criação de uma unidade de seguimento de implementação de projetos que reporte ao Primeiro-Ministro a evolução e os constrangimentos que venham a surgir em cada projeto, ou seja, deverá criar-se o chamado “quadro de bordo”. A existência de primeiros sucessos rápidos é também uma condição premente que poderá indiciar o sucesso, ou insucesso, da estratégia definida.

#### Dia 19

O último dia de trabalho iniciou-se com um encontro com o Presidente da ANP ao qual se seguiu uma reunião de trabalho com o GPA homólogo. A manhã culminou com a assinatura de uma Carta de Intenções (cópia abaixo) que concretiza a vontade das partes em aprofundar a cooperação, estreitar os laços e conferir às relações bilaterais um novo dinamismo. A título de conclusão, esta missão oficial do GPA Portugal – Guiné-Bissau constituiu um momento muito importante na relação entre os dois Parlamentos, foram três dias de intenso trabalho, de partilha de vivências e, de alguma forma, tratou-se mesmo de um virar de página.

Para todos quantos estiveram envolvidos nestes dias, esteve muito presente um conjunto de expectativas que se depositam no futuro da Guiné-Bissau, há uma confiança crescente nas instituições guineenses e uma aposta clara na consolidação democrática e no desenvolvimento económico e social do país e da população. Os próximos tempos serão determinantes, poder-se-á mesmo afirmar que este é um contexto crucial na evolução do país, as expectativas são elevadas e os resultados concretos têm de surgir sob pena de retrocesso a um cenário menos favorável.

Palácio de S. Bento, 27 de maio de 2015.

A Diretora do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo, Rita Pinto Ferreira.





### Carta de Intenções

#### dos Grupos Parlamentares de Amizade Portugal-Guiné Bissau e Guiné Bissau-Portugal

Os Grupos Parlamentares de Amizade Portugal-Guiné Bissau e Guiné Bissau-Portugal, reunidos na cidade de Bissau entre os dias 17 e 19 de Março, acordam no âmbito das suas competências a seguinte Carta de Intenções:

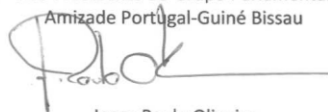
1. Ajudar a fortalecer as relações bilaterais entre os dois parlamentos;
2. Desenvolver um processo de consultas mútuas sobre assuntos políticos de Portugal e da Guiné Bissau;
3. Promover a paz e os direitos humanos na centralidade das relações bilaterais entre Portugal e a Guiné Bissau;
4. Desenvolver atividades de promoção e conhecimento de ambos os países nas zonas de influência comunitárias a que pertence cada país;
5. Promover a participação de deputados de ambos os países em encontros temáticos específicos;
6. Constituírem-se como embaixadores das diásporas em ambos os países;
7. Promover agendas políticas específicas com interesses para ambos os países, em especial nos domínios da promoção da paz, dos direitos humanos, da igualdade de género e do empoderamento das mulheres, assim como no desenvolvimento e participação da juventude;
8. Utilizar os bons ofícios dos deputados para a construção do arquivo e da mediateca do parlamento Guineense e propor a entrega de réplicas dos variados textos existentes no arquivo do parlamento Português com as discussões parlamentares relacionadas com a Guiné Bissau;
9. Acompanhar a situação de integração das comunidades em ambos os países.

As partes acordam ainda envidar os esforços necessários, junto das entidades competentes incluindo os Presidentes das respetivas instituições parlamentares, para a prossecução dos seguintes objetivos:

10. Promover um programa de estágios de curta duração entre assessores políticos dos grupos parlamentares;
11. Desenvolver processos de cooperação entre as diferentes comissões especializadas;
12. Institucionalizar um encontro regular anual entre os dois parlamentos;
13. Fiscalizar as ações dos governos no âmbito da execução de programas de cooperação bilaterais;
14. Desenvolver uma agenda parlamentar concertada para a ação parlamentar na CPLP;
15. Promover o estabelecimento de um protocolo bilateral entre os dois parlamentos consubstanciando ações concretas nos domínios políticos e técnicos especializados.

Bissau, dia 19 de Março de 2015

1º Vice-Presidente do Grupo Parlamentar de  
Amizade Portugal-Guiné Bissau



Jorge Paulo Oliveira

Presidente do Grupo Parlamentar de  
Amizade Guiné Bissau-Portugal



Iafai Sani

Testemunhei

Presidente da Assembleia Nacional Popular



Eng.º Cipriano Cassamá